

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 049/2015**

**CONVENENTE** : PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

**CONVENIADA** : COORDENAÇÃO REGIONAL DAS OBRAS DE PROMOÇÃO  
HUMANA.

**OBJETO DO  
CONVÊNIO** : Fortalecimento e suporte técnico em saúde aos idosos dependentes  
em estado de vulnerabilidade atendidos pelo ILPI CANINDÉ.

**DOTAÇÃO** : 84.10.10.301.3003.4101.3350.3900.00

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO - SMS**, com sede na Rua General Jardim, 36, inscrita no CNPJ sob o nº 46.392.148/0001-10, neste ato, representada por **Mariana Neubern de Souza Almeida**, Chefe de Gabinete, doravante designada simplesmente por **CONVENENTE**, e a Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana, CNPJ nº 43.473.487/0001-32, com sede na Rua Padre Azevedo, 125 - Jardim São Paulo (Zona Norte), São Paulo - SP, 02044-120, neste ato, representada por sua Presidente, **Carlota Cardoso da Silva**, portadora da cédula de identidade RG nº [REDACTED] e inscrita no CPF sob o nº [REDACTED], adiante designada como **CONVENIADA**, com base nos artigos 116 e seguintes da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1999 e demais disposições aplicáveis à espécie, e

**CONSIDERANDO** o envelhecimento populacional extremamente rápido e o aumento da sobrevida, no Brasil e na cidade de São Paulo, com demandas novas para a área da Saúde;

**CONSIDERANDO** as mudanças ocorridas nos últimos anos na estrutura familiar brasileira, com diminuição do número de filhos e com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, levando à diminuição do número de cuidadores familiares de idosos dependentes e a aumento de pessoas idosas morando sozinhas, ou apenas com o cônjuge, também idoso;

Processo nº 2015-0.321.529-2

**CONSIDERANDO** a necessidade de que o setor saúde disponha de uma política que dê atenção adequada a todos os idosos, inclusive aos que estão com dificuldade de acesso ao sistema;

**CONSIDERANDO** a Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, dentre elas a "garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais" (Art. 3º, Parágrafo único, Inciso VIII);

**CONSIDERANDO** a Portaria 399/06, de 22 de fevereiro de 2006, que aprova as Diretrizes Operacionais do Pacto pela Saúde – Consolidação do SUS com seus três componentes: Pactos Pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão;

**CONSIDERANDO** a Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006, que aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, que determina a necessidade de "responder às demandas das pessoas idosas mais frágeis, dentre a população em maior risco de vulnerabilidade";

**CONSIDERANDO** que a ILPI Canindé, em funcionamento na Rua Comendador Nestor Pereira, 77, por meio de convênio com a SMADS, passará por uma mudança de perfil do usuário e de atendimento, para ILPI grau de dependência III, ou seja, idosos com dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida e ou com comprometimento cognitivo.

**CONSIDERANDO** que o novo usuário institucionalizado apresenta perfil de vulnerabilidade social e fragilidade física, que precisará de acompanhamento para desenvolver as AVD e AIVD, desta feita será necessário um acompanhamento híbrido entre a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento (SMADS).

**CONSIDERANDO** ser de interesse público a ação conjunta dos partícipes, visando a ampliação da oferta de serviços, integral e a integração entre a Secretaria Municipal de Saúde através do SUS (Sistema Único da Saúde) e da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento através do SUAS (Sistema Único da Assistência Social) à população idosa mais fragilizada da municipalidade;



2

Processo nº 2015-0.321.529-2

**CONSIDERANDO** ser a **CONVENIADA**, instituição de reconhecida experiência de gestão administrativa na área da assistência social, com conhecimento de serviços de atenção à população idosa por meio de ILPI grau I e Casa de Acolhida;

Resolvem celebrar o presente convênio para desenvolver ação conjunta; conforme cláusulas abaixo:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO**

O objetivo das partícipes é a conjugação de esforços visando à implantação, implementação e execução do serviço Instituição de Longa Permanência para Idoso Grau III.

O serviço ILPI tem por objetivo garantir aos idosos em estado de vulnerabilidade serviços de atenção biopsicossocial, em regime integral, de acordo com as suas necessidades, priorizando sempre que possível, o vínculo familiar e a integração comunitária.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O objeto do presente convênio é garantir aos idosos dependentes e em estado de vulnerabilidade, atendidos pelo ILPI CANINDÉ, o adequado atendimento em saúde, com profissionais habilitados e supervisão técnica da Secretaria Municipal da Saúde.

§1º - A ação das partícipes deverá pautar-se pelas previsões constantes do § 5º.

§2º - Na execução das ações objeto deste Convênio, a **CONVENIADA** compromete-se a cumprir as diretrizes e metas estabelecidas pelas instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde do Município de São Paulo.

§4º - Sem prejuízo de a **CONVENENTE** acompanhar e fiscalizar a execução deste Convênio segundo as diretrizes por ela própria fixadas, compromete-se a dar o apoio financeiro e administrativo necessários ao bom desempenho dessa Unidade.

§ 5º - Fazem parte integrante deste Convênio:

1. Regulamento de Compras e Contratação de Obras e Serviços;

2. Portaria nº 730/2008-SMS.G e seus Anexos;
3. Descrição dos Serviços.
4. Plano de Trabalho – Cronograma de Desembolso;
5. Sistema de Monitoramento e Avaliação;

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEFINIÇÕES**

Para execução do objeto deste convênio os custos e recursos financeiros a serem repassados pela **CONVENENTE** à **CONVENIADA** estão estimados no Plano de Trabalho que é parte integrante do presente.

§1º - Os recursos transferidos pela **CONVENENTE** à **CONVENIADA** serão mantidos por esta em conta especialmente aberta para a execução do presente convênio e os respectivos saldos serão obrigatoriamente aplicados, conforme previsto no art. 116, §4º, da Lei Federal nº 8666 de 1993.

§2º - Os valores referentes ao exercício seguinte deverão ser discriminados em Plano de Trabalho a ser apresentado pela **CONVENIADA** até o final do exercício anterior e os seus repasses estão condicionados à prévia autorização de SMS para o seu empenhamento, celebrando-se Termo Aditivo.

§3º - A **CONVENIADA** deverá zelar pelo equilíbrio financeiro entre receita e despesa, de modo a evitar déficit orçamentário ou financeiro.

### **CLÁUSULA QUARTA – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Para a execução orçamentária do presente convênio e para a sua respectiva prestação de contas, será seguido o seguinte procedimento;

- I. O acompanhamento orçamentário/financeiro será efetivado por meio da entrega mensal de Relatórios de Prestação de Contas e Demonstrativo Contábil mensal, assim como Extrato Bancário da conta corrente e aplicação financeira dos recursos recebidos;

Processo nº 2015-0.321.529-2

- II. O relatório de Prestação de Contas deverá ser entregue a **CONVENENTE** até o último dia útil de cada mês subsequente ao mês de referência;
- III. No ato da prestação de contas deverão ser entregues cópias das guias de recolhimento do INSS, FGTS, PIS e IR dos funcionários contratados em regime CLT para a execução deste Convênio;
- IV. Na hipótese de reformas de natureza física ou estrutural das instalações, a **CONVENIADA** deverá submeter a Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social o respectivo projeto, por se tratar de um imóvel desse órgão.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DE SMS**

A **SMS** obriga-se a:

- I. Manter a **CONVENIADA**, perfeitamente informadas sobre a política municipal de saúde, sempre segundo os princípios do Sistema Único de Saúde;
- II. Garantir os recursos financeiros para execução do objeto deste convênio, fazendo o repasse mensal referido no § 5, conforme Plano de Trabalho que é parte integrante do presente;
- III. Reembolsar despesas administrativas da **CONVENIADA** conforme Plano de Trabalho aprovado pela **SMS**, mediante relatório mensal circunstanciado, desde que compatíveis e proporcionais ao objeto do presente Convênio;
- IV. Criar, no âmbito de sua competência e nos limites da conveniência e da oportunidade administrativas, as condições para a consecução dos objetivos comuns;
- V. Realizar o acompanhamento e avaliação da execução do objeto deste convênio, através de instrumentos de informações definidos pela **SMS**, bem como pelo Sistema de Monitoramento;

Processo nº 2015-0.321.529-2

- VI. Incentivar o desenvolvimento de atividades de treinamento, capacitação e reciclagem dos recursos humanos voltados ao desempenho de atividades correlatas ao serviço terapêutico na modalidade de residências terapêuticas;
- VII. Acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar a execução deste convênio;
- VIII. Avaliar o desempenho técnico da **CONVENIADA** no que concerne aos objetivos deste convênio;
- IX. Os eventuais acréscimos de despesas, decorrentes diretamente de demora nos repasses mensais, serão reembolsados pela **SMS** no mês subsequente ao de referência, mediante apresentação pela **CONVENIADA** de relatório circunstanciado;
- X. Permitir o uso dos bens móveis necessários à consecução do objeto, mediante prévio inventário físico, avaliação e formalização dos competentes termos de permissão.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA**

A **CONVENIADA** obriga-se a:

- I. Responsabilizar-se pela estrutura de recursos humanos utilizados na execução deste convênio, inclusive pela organização, fiscalização e pelo pagamento de todo o pessoal (técnico e de apoio) necessário ao bom desenvolvimento das ações previstas no plano de trabalho;
- II. Utilizar, para a contratação de pessoal, critérios exclusivamente técnicos, observando as normas legais vigentes, em especial as trabalhistas e previdenciárias;
- III. Contratar serviços de terceiros, sempre que necessário e com anuência da **CONVENIENTE**, responsabilizando-se pelos encargos daí decorrentes;

Processo nº 2015-0.321.529-2

- IV. Realizar processo aberto de seleção de fornecedores, preferencialmente pelo critério de menor preço ou justificadamente, pelo critério de técnica e preço;
- V. Zelar pelos eventuais bens móveis e imóveis cujo uso lhe tenha sido permitido, responsabilizando-se pelos serviços de manutenção e conservação;
- VI. Aplicar os recursos financeiros repassados exclusivamente nas ações pactuadas neste convênio;
- VII. Manter de maneira contínua processos de manutenção e reparação das instalações de forma a retardar/inibir processos de depreciação acelerada;
- VIII. Entregar mensalmente o Relatório de Prestação de Contas, definido na cláusula quarta;
- IX. Observar o Regimento de Compras aprovado pela **CONVENENTE** na utilização de recursos repassados no âmbito do presente convênio para a aquisição de materiais permanentes, contratação de serviços e obras de engenharia;
- X. Incorporar ao patrimônio da Municipalidade de São Paulo os bens adquiridos com recursos provenientes do presente convênio, entregando todos os documentos necessários ao processo de incorporação de bens patrimoniais, nas respectivas Coordenadorias Regionais de Saúde, com posterior encaminhamento à SMS – G, conforme disposto nas normas em vigor editadas pela Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico do Município de São Paulo.
- XI. Executar as ações necessárias à consecução do objeto deste convênio, de acordo com as políticas e metas estabelecidas pela **SMS**, e segundo os planos de metas e de trabalho consubstanciados no anexo I;
- XII. Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentais necessários à realização dos serviços;
- XIII. Atender a população com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, esclarecendo-a sobre seus direitos;

- XIV. Comunicar de imediata a **CONVENENTE** a ocorrência de qualquer fato relevante para a execução do presente convênio;
- XV. Responsabilizar-se perante pacientes, **CONVENENTE** ou terceiros pela indenização de danos materiais ou pessoais decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia ou imprudência decorrente de atos ilícitos praticados por seus empregados, desde que este decorra de forma unilateral;
- XVI. Responsabilizar-se pela orientação técnico-científica adotada na prestação dos serviços na unidade dentro dos parâmetros traçados pela **CONVENENTE**;
- XVII. As pesquisas de saúde individual ou coletiva só poderão realizar-se nas dependências das Unidades com expressa autorização da SMS e aprovação do Comitê de Ética em pesquisa;
- XVIII. Não será permitido utilizar nem que terceiros utilizem, o paciente para fins de experimentação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS EQUIPAMENTOS**

Os equipamentos, instrumentos ou quaisquer outros bens permanentes que porventura venham a ser adquirido com recursos provenientes deste Convênio, deverão ser incorporados ao patrimônio da Prefeitura do Município de São Paulo, hipóteses em que a **CONVENIADA** deverá entregar à **SMS** a documentação necessária ao processo de incorporação de bens patrimoniais, conforme disposto na Portaria nº. 56/2002, da Secretaria das Finanças e Desenvolvimento Econômico.

§1º - Em todos os equipamentos e materiais, utilizados na execução do objeto deste convênio, onde constar o logotipo da **CONVENENTE** deverá, obrigatoriamente, constar, na mesma proporção, o logotipo da **CONVENIADA**.



#### **CLÁUSULA OITAVA – DA CONSTITUIÇÃO DE EQUIPES**

As contratações e demissões de empregados, pela **CONVENIADA**, serão comunicadas à Coordenação Regional de Saúde, através de formulário específico definido pela **CONVENENTE**.

§1º: A **CONVENENTE** poderá a qualquer momento, desde que, por motivo justificável, solicitar a substituição do Coordenador de Equipe, que deverá ser, obrigatoriamente, bacharel em Enfermagem.

§2º: A movimentação de profissionais contratados deverá ser oficializado e justificado em formulário próprio e encaminhado ao CRH -G da SMS.

#### **CLÁUSULA NONA - DA REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA**

A **CONVENIADA** apresentou, nesta data, certidões de regularidade perante a Previdência Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, comprometendo a manter sua regularidade durante o prazo de vigência deste convênio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ONERADA**

A execução do presente Convênio onerará as dotações orçamentárias a seguir expostas, conforme descrito no Plano de Trabalho (Planilha Financeiro-orçamentária) acostado ao presente: Dotação Orçamentária: 84.10.10.301.3003.4101.3350.3900.00.

§1º: Os recursos serão transferidos até o ultimo dia útil dos meses previstos no Cronograma de Desembolso, pela **CONVENENTE** à **CONVENIADA**, deste que apresentado o respectivo relatório de prestação de contas, referente às atividades desenvolvidas no mês anterior, conforme legislação vigente.

§2º: Os recursos serão mantidos pela **CONVENIADA** em conta especialmente aberta para a movimentação dos valores decorrentes da execução do presente convênio, em banco oficial a ser determinado pela SMS, e os respectivos saldos, cuja previsão de uso seja igual ou superior

a um mês, serão obrigatoriamente aplicados, conforme previsto no art. 116, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

§3º - Todo saldo de recursos transferidos à **CONVENIADA** de acordo com os procedimentos anteriormente descritos que, ao término deste convênio ou das atividades compreendidas no mesmo, não tenha sido comprometido pela **CONVENIADA**, para sua execução, será devolvido à Prefeitura do Município de São Paulo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO**

O presente convênio tem a vigência de 12 meses a partir da assinatura do presente termo de convênio, salvo disposições em contrário das partícipes, observando o limite em Lei.

§ 1º - Qualquer uma das partícipes, ao longo da vigência do presente convênio, poderá denunciá-lo mediante notificação prévia de 90 dias.

§ 2º - Na hipótese de extinção do presente convênio, seja por natural advento do termo final do prazo ajustado, seja por denúncia de uma das partícipes, a **CONVENIADA** obriga-se a repassar à **CONVENENTE** todas as informações de que disponha sobre o objeto deste ajuste, encerrando nessa data o balanço financeiro.

§ 3º - Em caso de denúncia por **SMS**, que não decorra de comprovada má gestão, culpa ou dolo da **CONVENIADA**, esta fará jus ao montante equivalente aos custos relativos à execução das ações pactuadas no Plano de Trabalho deste convênio, efetivamente realizadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DO FORO**

Aplica-se ao presente convênio, no que couberem, as normas da Lei Federal nº. 8.666/93, ficando eleito o foro de São Paulo para dirimir dúvidas decorrentes deste ajuste.

Processo nº 2015-0.321.529-2


**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O extrato do presente convênio será publicado no Diário Oficial da Cidade, no prazo máximo de 20 dias, contados da assinatura de sua assinatura.

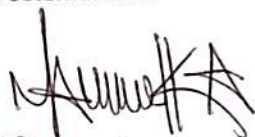

E por estarem de comum acordo, as partícipes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas.

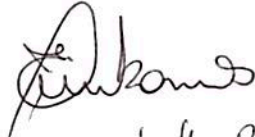
São Paulo, 18 de DEZEMBRO de 2015.

  
**MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO**  
**CONVENIENTE**

  
**CARLOTA CARDOSO DA SILVA**  
**COORDENAÇÃO REGIONAL DAS OBRAS DE PROMOÇÃO HUMANA**  
**CONVENIADA**

Testemunhas:

  
**MARCEL KAWACHI**  
CPF: 

  
**Elizabeth R. de Lima Ramos**  
CPF: 